



Artigo

Consciência Política e Corrupção em Moçambique: entre a subalternidade e a transformação

*Political Awareness and Corruption in Mozambique:
Between subalternity and transformation*

*Consciencia Política y Corrupción en Mozambique:
entre la subalternidad y transformación*

Rogério Ba-Senga¹ e Alessandro Soares da Silva²

¹ Filiação institucional. Jornalista graduado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e participação Política e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil.

Correspondência: E-mail: riferro@gmail.com

² Filiação institucional. Filósofo graduada Pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil. Mestre e Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, e Livre-Docente em Economia e Gestão e Políticas Públicas Pela Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil, onde atualmente coordena o curso de Gestão de Políticas Públicas e lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo. É docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Brasil.

Correspondência: E-mail: alessoares@usp.br
Instituição de correspondência
Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo
Av. Arlindo Bétio, 1000 – São Paulo – SP – Brasil

Resumo

O presente artigo aborda a corrupção em Moçambique a partir do olhar de pessoas que nem estudam e nem têm papel de destaque no debate local sobre o tema. Para essa análise utilizou-se do referencial psicopolítico da consciência política e observou-se como a questão da etnicidade e da sobrevivência ganham força a hora de entender a vida cotidiana em uma sociedade pluriétnica e marcada pelos traumas de uma guerra civil. Subalternidade e transformação se revelam como elementos espaço-temporais da cotidianidade moçambicana.

Palavras-chaves: Psicologia Política, Moçambique, Corrupção, Mudança Social, Participação Política.

Abstract

This article addresses corruption in Mozambique from the perspective of people who neither study nor play a prominent role in Mozambican society. For this analysis the psychopolitical framework of political consciousness was used and it was observed how the question of ethnicity and survival gained momentum to understand daily life in a multiethnic society marked by the traumas of a civil war. Subalternity and transformation are revealed as spatio-temporal elements of Mozambican everyday life.

Keywords: Political Psychology, Mozambique, Corruption, Social Change, Political Participation.

Resumen

El presente artículo aborda la corrupción en Mozambique a partir de la mirada de personas que ni estudian ni tienen un papel destacado en el debate local sobre dicho tema. Para ese análisis se utilizó el referencial psicopolítico de la conciencia política y se observó como la cuestión de la etnicidad y de la supervivencia ganan fuerza la hora de entender la vida cotidiana en una sociedad pluriétnica y marcada por los traumas de una guerra civil. La subalternidad y la transformación se revelan como elementos espacio-temporales de la cotidianidad mozambiqueña.

Palabras clave: Psicología Política, Mozambique, Corrupción, Cambio Social, Participación Política.

Introdução

O debate acerca da corrupção desde uma ótica não apenas gerencial ou estrutural e que leve em conta o lugar da subjetividade ainda carece de ser aprofundado. Apesar de sua importância, esse tema ainda necessita um aprofundamento e entendemos que ele seja um dos temas a que a psicologia política deva debruçar-se, sobretudo quando a percebemos como um campo interdisciplinar de conhecimento (Almeida, Silva e Corrêa, 2012; Dorna, 2004; Sabucedo e Rodríguez, 2000; Montero, 1987, 2009; Silva e Corrêa, 2015). Nessa linha vale dizer que não é à toa que Gustave Le Bon (1921) apontou que “a *psychologia política* participa da incerteza das *sciencias sociaes*, que indicámos. Cumpre, entretanto, utilisal-a tal como é, pois os acontecimentos nos impellem e não esperam.” (p. 4). Quem sabe essa assertiva esteja, em nossos dias, mais atual do que nunca.

Entendemos que pensar acerca da corrupção é pensar acerca do que é o cerne da psicologia política de Le Bon. Mas, então, o que seria ela para ele?! Nada mais nada menos do que a *Scienza do Governo*. Para Le Bon (1921) *Scienza do Governo* é sinônimo de Psicologia Política e ela é “tão necessaria que os estadistas não a poderiam dispensar”. (p. 6). Como apontou Alessandro Soares da Silva (2012b:49), na visão de Le Bon, “Como ciência do governo, a Psicologia Política seria uma espécie de engenharia social capaz de evitar que governantes cometessem graves e custosos erros, porque estariam orientados não por “leis formuladas”, mas por “impulsos da ocasião e algumas regras tradicionais”. ([Le Bon, 1921:]6)”.

No fundo a Psicologia Política que nasce na esteira da defesa de interesses de elites, torna-se um espaço de produção de saberes e de práticas cujos os olhares contemporâneos estão voltados à superação das desigualdades como testemunham diversas obras do campo publicadas nos anos de 1990 (Montero 1987, 1991; Mota, 1993, 1999; Sousa, 1994; Oblitas e Kauth, 1999). Mas, ainda assim, o enfrentamento dos problemas relativos à governança já estava pautando a nascente Psicologia Política e precisam ser aprofundados na atualidade (Hur, 2011, Silva, 2015). SE por um lado Le Bon estava comprometido com uma elite que deveria ser perpetrada no governo, por outro lado ele rompia com a crença dessa própria elite de que ela poderia fazer o que lhe aprouvesse. Para ele, o governante deve ser capaz de conduzir um governo útil ao povo. Nessa ideia subjaz a compreensão de que ações que firam o bom governo são inadmissíveis, sendo a corrupção uma delas.

Assim, ao analisarmos nesse breve artigo a questão da corrupção em Moçambique, entendemos estar contribuindo para o avanço do campo e de um olhar específico sobre esse fenômeno. Temos claro que a hora de discutirmos Gestão e Políticas Públicas as contribuições deste campo interdisciplinar poderão ser essenciais dada sua natureza interdisciplinar, dado o fato dele se constituir em

um campo que se levanta nas fronteiras de saberes e que se consolida a partir de diálogos que rompem as barreiras disciplinares e hierarquizantes. No que tange à corrupção em geral vale recordar o que pontuou Álvaro González Riesle (1999) “Y cuando a los hombres no les hace mella ni la visión de la corrupción ni la de la violencia, algo gravísimo en la estructura de valores de una nación.” (p. 165). Nessa toada passamos a apresentar o contexto moçambicano.

1. O Cenário Moçambicano, a Democracia e a Corrupção

O debate acerca da corrupção desde uma ótica não apenas gerencial ou estrutural e que leve em conta o lugar da subjetividade ainda carece de ser aprofundado. Apesar de sua importância, esse tema ainda necessita um aprofundamento e entendemos que ele seja um dos temas a que a psicologia política deva debruçar-se, sobretudo quando a percebemos como um campo interdisciplinar de conhecimento (Almeida, Silva e Corrêa, 2012; Dorna, 2004; Sabucedo e Rodríguez, 2000; Montero, 1987, 2009; Silva e Corrêa, 2015). Nessa linha vale dizer que não é à toa que Gustave Le Bon (1921) apontou que “a psychologia politica participa da incerteza das ciencias sociaes, que indicámos. Cumpre, entretanto, utilisal-a tal como é, pois os acontecimentos nos impellem e não esperam.” (p. 4). Quem sabe essa assertiva esteja, em nossos dias, mais atual do que nunca.

Entendemos que pensar acerca da corrupção é pensar acerca do que é o cerne da psicologia política de Le Bon. Mas, então, o que seria ela para ele?! Nada mais nada menos do que a *Sciencia do Governo*. Para Le Bon (1921) *Sciencia do Governo* é sinônimo de Psicologia Política e ela é “tão necessaria que os estadistas não a poderiam dispensar”. (p. 6). Como apontou Alessandro Soares da Silva (2012b:49), na visão de Le Bon, “Como ciência do governo, a Psicologia Política seria uma espécie de engenharia social capaz de evitar que governantes cometessem graves e custosos erros, porque estariam orientados não por “leis formuladas”, mas por “impulsos da ocasião e algumas regras tradicionais”. ([Le Bon, 1921:]6)”.

No fundo a Psicologia Política que nasce na esteira da defesa de interesses de elites, torna-se um espaço de produção de saberes e de práticas cujos olhares contemporâneos estão voltados à superação das desigualdades como testemunham diversas obras do campo publicadas nos anos de 1990 (Montero 1987, 1991; Mota, 1993, 1999; Sousa, 1994; Oblitas e Rodríguez Kauth, 1999). Mas, ainda assim, o enfrentamento dos problemas relativos à governança já estava pautando a nascente Psicologia Política e precisam ser aprofundados na atualidade (Hur, 2011, Silva, 2015). SE por um lado Le Bom estava comprometido com uma

elite que deveria ser perpetrada no governo, por outro lado ele rompia com a crença dessa própria elite de que ela poderia fazer o que lhe aprouvesse. Para ele, o governante deve ser capaz de conduzir um governo útil ao povo. Nessa ideia subjaz a compreensão de que ações que firam o bom governo são inadmissíveis, sendo a corrupção uma delas.

Assim, ao analisarmos nesse breve artigo a questão da corrupção em Moçambique, entendemos estar contribuindo para o avanço do campo e de um olhar específico sobre esse fenômeno. Temos claro que a hora de discutirmos Gestão e Políticas Públicas as contribuições deste campo interdisciplinar poderão ser essenciais dada sua natureza interdisciplinar, dado o fato dele se constituir em um campo que se levanta nas fronteiras de saberes e que se consolida a partir de diálogos que rompem as barreiras disciplinares e hierarquizantes. No que tange à corrupção em geral vale recordar o que pontuou Álvaro González Riesle (1999) “Y cuando a los hombres no les hace mella ni la visión de la corrupción ni la de la violencia, algo gravísimo en la estructura de valores de una nación.” (p. 165). Nessa toada passamos a apresentar o contexto moçambicano.

2. A interdisciplinaridade: o primeiro passo

Neste momento da discussão torna-se pertinente um breve traçado histórico sobre Moçambique a fim de evidenciarmos diversos aspetos de ordem psicológica nos campos político, econômico e social que, entendemos, contribuem para o entendimento da necessidade de uma abordagem interdisciplinar na análise do fenômeno em causa.

Em 1975, Moçambique se constituiu como nação autônoma ao conquistar sua independência nacional, depois de quase cinco séculos de interferência europeia na dinâmica da vida social local. A euforia da independência conquistada foi imediatamente substituída pelo pior cenário político e social que este povo experimentou e que guarda suas sequelas até os dias que correm: um ano depois da fundação da nação moçambicana, este país do sudeste africano se viu mergulhado em uma devastadora guerra civil que se estendeu por quase duas décadas, ceifando dezenas de milhares de vidas e deixando órfãos, viúvos e viúvas em todos os cantos do país. A emigração massiva e forçada para os centros urbanos gerou problemas como a superpopulação e descontrolado de problemas como o desemprego, criminalidade, fome e saúde. Este fator inviabilizou o primeiro grande projeto nacional: o combate à pobreza absoluta. Já no período pós-guerra, mas ainda na condição de dependente de ajuda internacional, houve registros de progressos consideráveis. Desta vez, o problema que se coloca é a corrupção, ou

seja, o quanto sua prática, que se entende generalizada em Moçambique, estanca ou mesmo retrocede a luta pelo desenvolvimento social e econômico deste povo.

É fato, portanto, que as dimensões social, política, cultural e humanas são pouco consideradas em estudos da área econômica em Moçambique, mas começam a merecer a atenção de pesquisadores, o que fica evidente no estudo “Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e *Ownership*”, do economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco. Ao se propor avaliar as variáveis resultantes da dependência da ajuda externa de que Moçambique nunca se libertou e suas implicações no desenvolvimento local, o pesquisador busca ampliar seu campo de análise. Nesse contexto, faz uso do termo inglês *ownership* para problematizar a política de desenvolvimento de Moçambique em interação com a dependência da ajuda internacional na formação e implementação de políticas, de instituições, de interesses sociais, econômicos e políticos em conflito em Moçambique. Segundo este autor, *ownership*

Geralmente significa propriedade de alguma coisa. Contudo (...) *ownership* tem um significado mais amplo e difícil de traduzir, pois, refere-se também à influência sobre direções de política pública e natureza de reformas sociais, econômicas e políticas, opções e escolhas de decisões públicas e avaliação de resultados, em contexto de luta, tensão e conflito social sobre a magnitude e direção da influência sobre política, sobre as opções e escolhas e sobre o significado social dos resultados (Castel-Branco, 2011: 401).

Evidentemente, é oportuna, portanto, uma discussão que pense a corrupção na dimensão de diversos atores sociais que a influenciam.

Buscar entender a interação entre todos esses aspectos e atores sociais supracitados de forma disciplinar nos parece insuficiente para permitir uma visão minimamente profunda e ampla do nosso objeto. Ganha força, portanto, o conceito de interdisciplinaridade no estudo ou análise da corrupção em Moçambique. Interdisciplinaridade, de acordo com Basrab Nicolescu, se dá com a transferência do método – em diversos graus – de uma disciplina para a outra, na medida em que sua finalidade de análise ultrapassa os campos disciplinares. O grau que nos interessa aqui é o da “geração de novas disciplinas” (Nicolescu, 2008: 53). De acordo com o autor,

a transferência dos métodos da matemática para o campo da física gerou a física-matemática; os da física de partículas para a astrofísica, a cosmologia quântica; os da matemática para os fenômenos

meteorológicos ou para os da bolsa, a teoria do caos; os da informática para a arte, a arte informática. (Nicolescu, 2008: 53)

É deste modo que pretendemos entender os diversos aspectos ligados ao conceito e a prática da corrupção em Moçambique e ao mesmo tempo oferecer subsídios que possam ajudar a embasar eventuais ações de movimentos sociais de combate ao fenômeno, a partir da *Psicologia Política*, enquanto campo interdisciplinar e que tem como epicentro a reflexão sobre o *comportamento político* nas sociedades contemporâneas.

3. Um Olhar Psicopolítico Sobre a Corrupção em Moçambique

Na medida em que a Psicologia Política tem como sua principal preocupação construir um universo de debate que considera as condições objetivas e subjetivas de determinada análise, portanto, compreendidas por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes e, conseqüentemente, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social, entendemos ser este um caminho bastante amigável para a análise e o entendimento do conceito e da prática da corrupção em Moçambique, visto que partimos do princípio de que se trata de um fenômeno que se produz e se reproduz socialmente.

De acordo com Rosa e Silva (2012) a psicologia política, portanto, se configura como

Uma disciplina acadêmica fruto da especial confluência entre a Psicologia e a Ciência Política, visto que outros estudos se associam na sua produção. Ela se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e muitas vezes se vê refém de sua própria identidade, mas com possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não tem conseguido responder. (Rosa e Silva, 2010: 11)

Neste sentido, segundo os autores, como uma encruzilhada de campos de conhecimento, apoiando-se na interdisciplinaridade como seu aspecto central, a psicologia política tem se mostrado útil na análise de distintos objetos que hoje são considerados próprios da psicologia política como propaganda política,

democracia e comportamento, comportamento eleitoral, atitudes políticas, preconceito social; diferentes formas de racismo, xenofobia e homofobia; ações coletivas e movimentos sociais; intersubjetividade e participação; socialização política e saúde pública; relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas.

Sobre a autonomia da dimensão interdisciplinar e da Psicologia Política enquanto campo de conhecimento recorreremos ao argumento de Ángel Rodruíguez Kauth (2001):

la Psicología Política suele entenderse no sólo como un campo separado de la Psicología Social, sino fundamentalmente como un nivel superior de análisis e interpretación de la realidad, en el que se utilizan tanto conceptualizaciones psicosociales como políticas, históricas, ideológicas, filosóficas y económicas. Todo esto –cuando así lo realizamos– es resultado de una síntesis que absorbe e integra los datos psicológicos y sociológicos del entorno político por el que se encuentra atravesada la subjetividad, tanto la individual como la colectiva, para lograr un mayor alcance teórico en los procesos de investigación, a la par que una mayor efectividad en cuanto al análisis, la comprensión y la intervención en los hechos político-sociales que ocurren en nuestro entorno. (pp. 41-42).

Ao buscamos perceber os processos sociais e políticos e, por conseguinte, simbólicos a que a corrupção está relacionada em Moçambique, entendemos que a uma análise psicopolítica seja um caminho adequado para esta empreitada intelectual. Entendemos, portanto, que a psicologia política seja capaz de responder a questões da corrupção sem negar a universalização da corrupção enquanto fenómeno social, mas que, ao mergulhar no universo de conceituações psicossociais e dados psicológicos e sociológicos de cunho político na realidade moçambicana, não primará pelo consenso no que se refere ao conceito e a prática deste fenómeno. Ou seja, respeitará e conservará elementos objetivos e subjetivos localizados no tempo e espaço específicos. A nosso ver, este princípio é fundamental para evitar os riscos de uma extensão totalitária e opressiva do conceito e da prática da corrupção.

Entendida esta complexidade da questão, acreditamos, estariam lançadas as bases para pensar participação política em forma de os movimentos sociais de combate no enfrentamento da corrupção em Moçambique. Alguns autores nos ajudarão nessa empreitada.

Em *Psicología de Los Movimientos Sociales*, Hadley Cantril (1941) fala sobre a transmissão do contexto social para os sujeitos, considerando as subjetividades individuais, haja vista que pessoas de perfis diferenciados podem apresentar ideias comuns, semelhantes e também dissociadas. Ou seja, o autor argumenta que

mesmo havendo uma uniformidade em transmitir a cultura de uma geração para outra, as normas podem funcionar como estímulos para o indivíduo eleger, tomar ou se posicionar em determinado aspecto da vida social. Cantril discorre também sobre o processo de cristalização dos valores sociais nos indivíduos e que, em confronto com as crenças e ritos determinam os posicionamentos do sujeito, ganhando sentido pleno na vida adulta. A obra de Cantril é útil à nossa proposta na medida em que, ao afirmar que “A pessoa que tenha nascido em uma cultura de conflitos intensos encontrará poucos valores bem definidos” (Cantril, 1941: 59), o autor parece se referir à atual geração moçambicana que, a nosso ver, está no processo recentemente iniciado de construção de uma nação democrática e socialmente justa e, portanto, em processo conflituoso de construção e definição de seus valores.

Esse processo conflituoso de que falamos, é amplamente estudado por Pedro Luiz Lorenzo Cadarso (2001) em *Fundamentos Teóricos del Conflicto Social*. Este autor pontua que as atitudes mentais e as mentalidades coletivas condicionam os movimentos sociais e, em certa medida e de forma variável, alterando-os. De acordo com Cadarso, a forma de sexualidade, a sociabilidade e a moralidade, entre outros, quando colocados em situação de conflito social, pode alterar, de forma variável as mentalidades, contestando o aparato normativo vigente, gerando atitudes e comportamentos sociais inconcebíveis antes do movimento. Ao estabelecer certa correspondência nos conceitos de movimentos sociais e conflitos sociais, na medida em que o movimento nasce de um conflito, Cadarso estabelece um amplo leque do que considera movimentos sociais: luta de castas pelo poder e influência política, rebelião de escravos e camponeses, movimentos nacionalistas e fundamentalistas, as revoluções, as guerras e até mesmo comportamentos anônimos como o suicídio e máfias. Além desse mapeamento, Cadarso esclarece – o que seria útil no estudo sobre a configuração de movimentos sociais de enfrentamento à corrupção – que a mobilização de tais movimentos se dá a partir de variáveis como a organização, a dimensão tática, a capacidade organizativa, a liderança, a composição social do grupo, a estratégia, etc.

Charles Tilly (2010), também se refere historicamente aos movimentos sociais em sua obra *Los Movimientos Sociales, 1786 – 2008: desde sua Orígenes a facebook*. Neste trabalho, o autor sintetiza três elementos para tratar de movimentos sociais: a *campanha*, um esforço público, organizado e sustentado para transpassar as autoridades associadas a reivindicações; o *repertório do movimento social*, uso combinado de algumas formas de ação política e a *demonstrações de WUNC* (Valor, Unidade, Número e Compromisso).

Acreditamos ter exposto aqui elementos que consideramos fundamentais para estudos que buscam entender de forma sistêmica o conceito, a prática e as dinâmicas do enfrentamento da corrupção em Moçambique.

4. Notas Metodológicas Sobre este Estudo da Corrupção em Moçambique

As escolhas feitas aqui são uma tentativa de não perder de vista a dimensão psicopolítica do fenômeno da corrupção, de modo que, a priori, na concepção do fenômeno estudado, consideramos os processos interativos. Por outro lado, a corrupção é um fenômeno complexo e que, para acessá-lo de forma minimamente sistemática, é fundamental que se busque uma visão holística do mesmo. Assim, entendemos que as narrativas construídas por moçambicanas e moçambicanos em torno da corrupção nos permitem acessar as mais diversas facetas do fenômeno da corrupção.

De fato, as narrativas das entrevistadas e dos entrevistados serão a “matéria-prima” da análise, uma vez que elas são a expressão das percepções que as pessoas fazem com base em experiências vivenciadas e sistematizadas em memórias (Halbwachs, 1990) que constroem e guardam ao longo do tempo histórico e social. Aliás, é preciso destacar que as narrativas produzidas nas entrevistas, além de não seguirem uma ordem cronológica padronizada, se apoiam em marcos de referência inscritos nas memórias individual e coletiva. Como apontou Halbwachs (1990), o tempo da memória é o tempo vivido, é aquele em que cada classe, cada grupo, cada pessoa vive de maneira diferente. Assim, a diversidade das percepções registradas é resultado não só da forma, da intensidade e da significância (igualmente diferenciadas) que cada um – individualmente ou em grupo – vivenciou e/ou atribuiu a determinada experiência, como também devido ao fato de os entrevistados terem suas origens em diferentes grupos de pertença. Ansara (2005) chama aqueles registros de “marcos de experiência”, os quais se referem às experiências que “foram significativos em suas vidas, que são capazes de modificar o seu cotidiano, alterar o ritmo de suas existências e que os levam a constituir uma outra história” (Ansara, 2005: 181).

Assim, foram realizadas 12 entrevistas nas três principais capitais de Moçambique: Maputo, localizada geograficamente ao extremo Sul (capital do país); Beira, no Centro e; Nampula, ao Norte. Referimo-nos a estes municípios como “principais” por eles constituírem-se como os maiores centros urbanos e os mais importantes redutos econômicos do país. Assim, desde as primeiras eleições municipais, realizadas em 2003, estas cidades são prioritariamente pretendidas e disputadas pelas principais forças políticas de Moçambique. Seleccionamos, assim, moçambicanas e moçambicanos que não ocupam nenhum lugar ou situação privilegiada no que se refere ao entendimento sobre o fenômeno da corrupção, quer seja, ocupando um cargo em instituições que lidam direta ou indiretamente com a questão da corrupção, quer seja, estudando ou pesquisando o assunto.

5. A Consciência Política da Corrupção

Os modos como percebemos determinada realidade se modificam constantemente por meio das interações sociais, dos diálogos que cada um realiza consigo mesmo e com a sociedade. O potencial dessas mudanças se eleva à medida que indivíduos e/ou grupos têm a possibilidade de compartilhar conhecimentos, dizeres, saberes, valores, atitudes, diálogos etc. É nesse sentido que Silva recorda que, “Baseado nesse diálogo que o sujeito faz consigo mesmo é que ele responde à dinâmica social da qual faz parte e constrói conhecimentos, simboliza o conhecido e experienciado” (Silva, 2006: 501). Como fonte de análise utilizamos o *Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política* de Salvador Sandoval (2001, 2015) bastante difundido em estudos de participação política.

A consciência política, enquanto conceito psicossociológico, se refere aos significados que cada indivíduo atribui às suas interações diárias que ocorrem no curso dos acontecimentos que dinamizam a sua vida, quer seja no âmbito de suas ações particulares ou coletivas. A isto, acrescenta-se que – como aponta Silva (2006) – essas ações de participação política geram pertencças, desfazem pertencças ou, até mesmo, transformam as consciências individuais em consciências mais coletivas e homogêneas. Portanto, a consciência não deve ser entendida como um mero espelhamento do mundo material, mas antes, como “a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta” (Sandoval, 1994: 59). O modelo articula 7 dimensões dinâmicas, fluidas e que, didaticamente são organizadas em: *Crenças e Valores Societais; Identidade Coletiva; Interesses Antagônicos e Adversários; Sentimentos de Eficácia Política; Sentimentos de Justiça e Injustiça; Metas de Ação Coletiva e Vontade de Agir Coletivamente* (Sandoval, 1994, 2001, 2015; Silva 2001, 2003, Ansara, 2005).

Vale destacar que este modelo oferece, por um lado, um referencial teórico consistente para a pesquisa da participação política, da participação coletiva, e serve como ferramenta conceitual para os trabalhos de socialização política desenvolvidos pelos dirigentes e militantes de movimentos sociais, bem como para a atuação daqueles que se dedicam a esse tipo de estudo (Ansara, 2005; Palassi, 2004; Silva, 2002, 2006). Por outro, ele permite a compreensão dos processos de consolidação da democracia, uma vez que esta constitui suas bases psicossociológicas (Ferro, 2014, Pudenzi, 2014; Riba-Hernandez, 2014). Ora, é considerando que este modelo permitiu a sistematização de reflexões em torno de temas como participação política, consciência política e democracia que o utilizamos para a análise das percepções a partir das quais moçambicanos e moçambicanas, enquanto atores sociais, atribuem sentidos ao problema da corrupção e assim, indicar elementos constitutivos da consciência política dos mesmos (Ferro, 2014). Assim, apresentamos aqui os modos como a consciência

política pode se desenhar a partir dos sentidos que moçambicanas e moçambicanos construíram quando refletiram sobre o fenômeno da corrupção em sua sociedade. De modo geral encontramos narrativas que apontam para uma consciência Política em constante movimento e que pode alternar-se entre uma posição *subalternizada* e uma *transformadora*.

A *Consciência Política Subalternizada* fundamenta-se na ideia de comodismo presente nos pressupostos do modelo de consciência de Sandoval (1994, 2001) e na ideia de fatalismo presente no racionalismo crítico de Martín-Baró (1998), sendo que ambas dialogam com a ideia de dependência da ajuda externa multidimensional¹ de Castel-Branco (2011). Assim, ao analisar os diversos discursos coletados sobre o tema da corrupção em Moçambique, é possível notar o comodismo de moçambicanas e moçambicanos em relação ao problema social aqui em causa na medida em que, com muita frequência, os entrevistados se referiam à corrupção como “forma de sobrevivência”, como “uma maneira de ajudar o outro” perante uma força opressora maior ou ainda como “uma forma de ganhar algum” para complementar a renda já que os salários são “muito baixos” e “não dão para nada”. Esses lugares comuns foram usados seja para definir o fenômeno, seja em situações em que os sujeitos procuravam explicar ou justificar a prática da corrupção em Moçambique. É interessante notar que, de forma geral, todos os entrevistados condenam a prática, mas, quase nunca, de forma intransigente e terminante (daí a característica cômoda). Ao contrário, o que se percebe é uma postura compreensiva... que tende à empatia: a corrupção é um mal, mas um mal tolerável haja visto os motivos nobres pelos quais os que a ela recorrem fazem essa escolha. Ora, o imediatismo e o utilitarismo apontados por Sandoval (1994) estão presentes nesta premissa reveladora de uma consciência política subalternizada ou de senso comum na medida em que, antes mesmo de buscar entender as causas que levam a que a sociedade entenda o problema da corrupção como “uma coisa normal” moçambicanas e moçambicanos procuram tirar proveito de algo sabidamente ruim e malévolo. A justificativa é que, pelo menos imediatamente, pontualmente, a prática ajuda a solucionar ou superar as dificuldades da vida como “alimentar a família” ou “garantir seu emprego”. Ocorre que, dada a predisposição para aceitar, tolerar ou normatizar a prática da corrupção, não é mais justificável seu caráter pontual, eventual porque considero que a corrupção é parte da dinâmica da vida sociopolítica moçambicana... A corrupção, de tanto ser reinventada, caiu no senso comum, ainda que, os sentidos a ela atribuídos refletem os diversos lugares de percepção. Um depoimento emblemático que ilustra esse tipo de posição de consciência:

Acho que a corrupção aproveitou-se da nossa própria identidade cultural para enraíza-se... O que eu quero dizer com isso... Eu acho que

¹ Em síntese, este último fala de dependência de ajuda externa multidimensional para se referir aos problemas estruturais resultantes da falta de autonomia político-econômica do Estado moçambicano em relação aos seus “parceiros” econômicos internacionais.

a própria cultura dos moçambicanos e africanos... Nós somos muito hierarquizados... Onde a opinião dos mais velhos é muito importante e conta muito, tem o líder religioso e político, a opinião deles conta muito. Nós estamos habituados a viver assim, nessa ordem de superioridade e a respeitar seja qual for a opinião do mais velho e dos líderes sem nunca se contrapor... É como se os líderes estivessem se aproveitando dessa autoridade para diminuir a possibilidade de serem confrontados... Está errado, mas como és um líder... Como africano, é complicado chamar atenção ao meu pai, minha mãe, meu avô... Aqui na nossa cultura, toda e qualquer pessoa que está na faixa etária do meu tio, é meu tio, os que estão na faixa do meu pai, são meus pais e do meu avô, meus avôs e eu não devo, aprendermos isso, não devo chamar atenção nem contradizê-los nunca... Por isso, fica complicado e essa estrutura ajuda a disseminar a corrupção porque eles fazem e sabem que não serão confrontados... Eles conhecem a posição que ocupam e entendem que é um privilégio... Acredito que a corrupção aproveitou-se da nossa fragilidade, da nossa cultura... Para quebrar a autoridade deles tem que quebrar muitos tabus, mas se nós estivéssemos a viver numa sociedade de relacionamentos mais horizontais talvez já tivéssemos sentado e conversado a respeito, chamar as coisas pelos seus próprios nomes... Mas aqui és logo a ovelha negra da família, és da oposição, és rebelde, dão-te logo um nome. A nossa cultura permite que a corrupção se enraizasse nas nossas relações interpessoais... Porque vais denunciar o teu tio? O teu avô? O teu pai? O recriminado vais ser tu. Muitos males que assolam as sociedades africanas estão relacionados com isso.

A *Consciência Política Transformadora*, por seu turno, está ligada ruptura da vida cotidiana de que nos fala Agnes Heller (2001), pois desde que nascermos somos imediata e automaticamente inscritos na realidade que é marcada pela reprodução, pela repetição e não pela reflexão que permite transgredir. Este aspecto é particularmente importante para a abordagem da consciência política transformadora na medida em que, se esta não nasce necessariamente da consciência subalternizada. Ela é, necessariamente, posterior a ela. Sobre isso, Sandoval (1994) diz que “a característica fundamental da vida quotidiana é a sua espontaneidade. Isso equivale a dizer que a assimilação de padrões de comportamento, crenças sociais, pontos de vista político, modismos etc. é feita de maneira não-racional (não refletida)” (Sandoval, 1994: 65). Heller (1972) aprofunda essa reflexão afirmando que “(...) os grandes eventos não-quotidianos da história emergem da vida quotidiana e, eventualmente, retornam para transformá-la” (Heller, 1972:71).

Esta transformação é produzida em meio à heterogeneidade dos sentidos atribuídos ao fenômeno da corrupção em Moçambique. Nessa condição plural, polissêmica, decorrente de distintas narrativas, poderia emergir uma diversidade de possibilidades de tipologias, de consciências políticas. No entanto, das narrativas coletadas a que chame mais atenção é a consciência subalternizada.

Mas nessas mesmas narrativas também emergiram elementos, ideias, reflexões, frases, opiniões que, se não encaminham para uma consciência política revolucionária (Sandoval, 1994) certamente, têm potencial para constituir uma consciência política transformadora (Andrade, 1998).

Para transformar, então, é necessário que moçambicanas e moçambicanos participem questionando instâncias estruturais que, quer queiram, quer não, regem suas existências enquanto cidadãos. É preciso questionar, é preciso querer participar do Estado e da nação; da república e da democracia. No trecho abaixo esse fica clara a necessidade de mudança da cultura política e do *modus vivendi*. É preciso uma ação reflexiva capaz de romper com o autocentramento e a subalternidade. Dito de outro modo, é preciso romper com a lógica da repetição do cotidiano e isso fica claro trecho abaixo:

Porque, essa situação de corrupção, é como... Imagina lá uma situação de calamidade, de guerra. Se, de repente, começar uma guerra, vais salvar a quem em primeiro lugar? Hein? [Não sei, acho que eu mesmo né!] Já viste? Começa por você, vais querer se salvar... Se tiveres mulher, filhos, vais querer salvar sua família, depois outros familiares mais assim... afastados e depois, os vizinhos. Quando veres que epa, essas pessoas que iam te ajudar também já estão seguras, vais começar a dizer "Olha, não devemos fazer guerra!"... "Vamos lá nos perdoar", "Vamos lá chegar a um acordo porque somos irmãos"... Enquanto estás a encher os bolsos porque sabes que não vais ficar ali para sempre, não é uma situação segura para sempre. Não é isso? Então, a corrupção aqui em Moçambique é como se fosse uma guerra mesmo. Por isso é que o pessoal lá do Sul está a poder diz essas coisas sem saber o que nós passamos. Por isso que eu acho, quando, se um dia acontecer de um João daqui ser presidente da república, vai ser a mesma coisa: primeiro, seus familiares e etc. etc. vão ser ministros, diretores nacionais e essas coisas e, ao mesmo tempo, vão querer acalmar aqueles que estão a reclamar. Mas é assim mesmo... Não é que é maldade por maldade só, o homem é assim mesmo, ajuda quem está mais perto dele.

Observe-se no discurso que a prática da corrupção é vista como a única forma possível de resistência concernente à disputa de poder, ou antes, de inserção econômica, política e social de indivíduos e/ou grupos marginalizados na sociedade moçambicana. Destarte, a corrupção é, no dizer de vários sujeitos, a "única forma de sobreviver" em Moçambique. Ora, se ela – a corrupção – emerge de algo tão instintivamente humano, a sobrevivência. É mais do que coerente considerar, se questionar, em primeiro lugar, sobre o que coloca número significativo de moçambicanas e moçambicanos na condição de sobreviventes. Isso sinaliza para o fato de que a transgressão à norma, à moral, à lei e à ordem são o fundamento da corrupção, mas também a necessidade de sobreviver em uma sociedade marcada por injustiças, com um contingente significativo de marginalizados. No caso de Moçambique, mesmo a corrupção sendo um problema

de ordem social e cujos efeitos negativos são mais visíveis no campo econômico, é preciso – é urgente até – que se olhe o problema em uma perspectiva cultural e política. Em outras palavras, um projeto grandioso que visa confrontar este problema em Moçambique tem de ser um projeto essencialmente político.

Estes discursos são significativos na medida em que apontam para o fato de que a etnicidade (e não necessariamente “conflitos étnicos”) aparece como o grande guarda chuvas dos elementos constitutivos de uma consciência política de moçambicanas e moçambicanos referente ao fenômeno que aqui se discute. Ou seja, ela, a etnicidade, é um referencial importante para um olhar localizado do problema da corrupção em Moçambique. Quer isto dizer que as ações e reações e/ou reflexões e discursos decorrentes do fenômeno ou da prática da corrupção em Moçambique evocam, quase que invariavelmente, elementos sócio-históricos ligados à pertença étnica – crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez [...] – dos atores sociais em causa.

Considerações Finais

Num balanço final, podemos dizer que fica claro que a reflexão a partir do modelo de consciência política de Sandoval (2001) aporta em muito para a compreensão e análise do fenômeno da corrupção. Ele integra análises macro e microsociológicas, bem como psicossociológicas sem cair no sociologismo ou no psicologismo. Uma compreensão global acerca do comportamento político de sujeitos só poderá ser alcançada de modo eficaz caso se efetue o cruzamento de determinantes psicológicos e sociológicos. Separar aspectos sociológicos de aspectos psicológicos só poderia ser feito de maneira artificial e consistiria na fragmentação da análise desses fenômenos.

É claro que muitas questões deveriam ser mais e melhor aprofundadas devido a complexidade do tema. No entanto, dentro dos limites tempo-espaciais deste artigo entendemos que foi possível levantar elementos substanciais para o aprofundamento dos estudos sobre corrupção dentro do campo interdisciplinar da Psicologia Política. O estudo que deu origem a este texto (Ferro, 2014) é uma fonte importante para a compreensão do que é a realidade africana e de suas pontes e rupturas com a lógica ocidental do que signifique corrupção. No caso, etnicidade e sobrevivência (identidade) estão no cerne da cultura política local e faz parte dos desafios políticos nacionais frente aos processos inacabados de reconciliação pós-conflitos.

Certamente, as condições de marginalidade e disputa de poder estão na agenda de superação das fissuras sociais e entre a própria sociedade e o governo/Estado. Para tanto, é essencial que sejam somados ao enfrentamento da

corrupção os elementos psicopolíticos aqui destacados por eles dão conta de um conjunto mais completo da realidade quando dispostos juntamente com os tradicionais aspectos sociológicos e econômicos dos estudos de corrupção. Por fim, mas não menos importante, está a necessidade de se ter presente a dimensão sócio-histórica de cada povo e nação. No caso moçambicano não se pode deixar de lado o fato de que, como aponta Ornellas (1901), há quatro matrizes étnicas pertencentes ao território moçambicano: Macua, Mocaranga, Tonga e Zulu. Estas por sua vez se subdividem, gerando subgrupos. Segundo esta classificação, os Macuas ocuparam de forma prevalecte regiões entre o Rovuma e o Zambeze e entre o Niassa e o Índico (região Norte); os Mocarangas o planalto central entre o Zambeze e o Save (região Centro), os Tongas e os Zulus-ajau o sul do Save (região Sul), sendo que esta última é considerada uma etnia originária da África do Sul que invadiu o território ocupado pelos Tonga.

De fato, a nosso ver, Moçambique vive uma espécie de simbiose temporal forçada. Aliás, como apontou o antropólogo brasileiro Omar Ribeiro Thomaz “Em Moçambique, o passado é presente. As conversas cotidianas são entremeadas constantemente por referências temporais, algumas difusas, outras precisas, mas todas cruciais para a compreensão dos acontecimentos presentes” (THOMAZ, 2009, p. 15). Moçambique contemporâneo, enquanto nação burocraticamente autônoma, tem menos de meio século de história, com o agravante de que metade deles foram vividos debaixo de uma sangrenta e devastadora guerra civil que teve início um ano depois de conquistada a independência colonial de Portugal, em 1975. Esses determinantes psicopolíticos derivados dessa conjuntura são definitivamente importantes e abrem caminhos e perspectivas epistemológicas diferenciados como mostra a pesquisa. Subalternidade e transformação não são faces de uma moeda, mas ritmos de vida que se alternam segundo a conjuntura do possível.

Mais do que um problema social, quando moçambicanas e moçambicanos concebem o fenômeno da corrupção fazem-no sob o prisma de uma fatalidade derivada de uma experiência anterior (e dolorosa). Assim, a corrupção pode ser entendida como uma resposta possível a que os grupos (étnicos) historicamente excluídos da participação política, social e econômica lançam mão para ter acesso a bens e serviços que lhes são de direito na medida em que Moçambique é, oficialmente, um Estado de Direito. Entretanto, claro está que esse tipo de atitude começa a se transformar, pois o desejo de mudança, de transformação, que moçambicanas e moçambicanos nutrem os levam a traçar e implementar um projeto filosófico emancipatório capaz de libertá-los da dependência multidimensional e do fatalismo, pois o fato de que a cada dia entenderem-se enquanto sujeitos da própria história faz com que se tornem cada vez mais capazes de formular uma síntese cultural e política que lhes permite muito mais do que apenas sobreviver.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Marco, Silva, Alessandro S., e Corrêa, Felipe. (Orgs.). *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: EACH. Acessado em 02/09/2014, de: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf
- Ansara, Soraia. (2005). *Memória Política, Ditadura e Repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica*. Tese (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Acessado em 02/09/2014, de: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/17073>
- Avritzer, Leonardo. (2008). *Esfera Pública*. Em Avritzer, Leonardo., Bignotto, Newton., Guimarães, Juarez., & Starling, Heloísa. (Org). *Corrupção: Ensaios e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Cadarso, Pedro Luis Lorenzo. (2001). *Fundamentos Teóricos del Conflicto Social*. Madrid: Editores, S.A..
- Cantril, Hadley. (1969). *Psicologia de los Movimientos Sociales*. (1ª Ed. 1941). Madrid: Euramérica, S.A..
- Castel-Branco, Carlos Nuno. (2011). *Dependência de Ajuda Externa, Acomulação e Ownweship: contribuição para um debate de economia política*. Em Brito, Luís de., Castel-Branco, Carlos Nuno., Chichava, Sérgio., & Francisco, António. (Org.). *Desafios para Moçambique*. IESE.
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. Acesso em 18 de Agosto de 2011. <http://www.cip.org.mz/index.asp?sub=about>
- Cosa, Guilherme B., & Silva Alessandro Soares da. (2012). A Democracia e os desafios da Participação Política. Em Almeida, Marco, Silva, Alessandro S., e Corrêa, Felipe. (Orgs.). *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: EACH. Acessado em 02/09/2014, de: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf
- Dorna, Alexandre. (2004). La rehabilitation d'un paradigme perdu: la psychologie politique. *Psicologia Política*, 4(8), 139-158.
- D'Ornelas, Ayres. (1901). *Raças e línguas indígenas em Moçambique*. Lisboa: A Libera – Oficina Typographica. Acessado em 13/08/2014, de: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1742.pdf>
- ÉTICA Moçambique. (2001). *Estudo Sobre Corrupção*, v. 01, n. 03. Maputo: Imprensa Moçambique.

- Ferro, Rogério Juvêncio. (2014). Vamos lá falar: um estudo psicopolítico da consciência política a partir das percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique. Dissertação (Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo. Acessado em 11/09/2014, de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-22042015-075041/pt-br.php>
- Filgueiras, Filgueiras. (2009). *A Tolerância à Corrupção no Brasil: uma anatomia entre normas morais e prática social*. Opinião Pública (Unicamp), v. 15, p. 386-421.
- Filgueiras, Filgueiras. (2008). *Corrupção, Democracia e Legitimidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- Filgueiras, Filgueiras. (2008). Interesses. Em Avritzer, Leonardo., Bignotto, Newton., Guimarães, Juarez., & Starling, Heloísa. (Org). *Corrupção: Ensaios e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gastrow, Peter., & Mosse, Marcelo. (2002). *Corrupção em Moçambique: Alguns elementos para debate*. Pretoria: Puitz.
- Guimarães, Juarez. (2008). Interesse Público. Em Avritzer, Leonardo., Bignotto, Newton., Guimarães, Juarez., & Starling, Heloísa. (Org). *Corrupção: Ensaios e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- González Riesle, Álvaro. (1999). Dimensiones de la Corrupción. Em Oblitas, Luis e Rodríguez Kauth, Ángel. *Psicología Política*. México: Plaza y Valdez.
- Hanlon, Joseph. *Are donors to Mozambique promoting corruption?* Comunicação apresentada na Conferência "Towards a New Political Economy of Development Sheffield. Pretoria: 2002.
- Heller, Agnes. (1972). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hur, Domênico Uhng. (2011). Psicanálise e política: Considerações sobre o Estado. *Rev. Gestão & Pol. Públicas* 1(1):112-132. Acessado em 20/08/2014, de: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97827/96627>
- Le Bon, Gustave. (1921). *Psicologia Política*. Rio de Janeiro: Garnier. (Originalmente publicado em 1910). Acessado em 13/09/2014, de: https://www.academia.edu/22832865/A_Psicologia_Pol%C3%ADtica_1921_Part_e_1_Brasil_1910_Fran%C3%A7a
- Montero, Maritza. (ed.) (1987). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Panapo.

- Montero, Maritza. (1987). A Través del Espejo. Una aproximación al estudio de la conciencia social en América Latina. En Montero, Maritza. (coord.). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Panapo, pp. 163-202.
- Montero, Maritza. (comp.) (1991). *Acción y Discurso. Problemas de Psicología Política en América Latina*. Caracas: Panapo.
- Montero, Maritza. (1999). Níveis de Análisis en Psicología Política. Em Oblitas, Luis., & Rodriguez Kauth, Ángel. *Psicología Política*. México: Plaza y Valdez.
- Montero, Maritza. (2009). ¿Para qué Psicología Política? *Psicología Política*, 9(18), pp. 199-213. Acessado em 13/08/2014, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200002
- Montero, Maritza. (2010). *Fortalecimiento de la Ciudadanía y Transformación Social: área de encuentro entre la Psicología Política y la Psicología Comunitaria*. *PSYKHE*, vol. 19, nº 2, pp. 51-63. Acessado em 13/08/2014, de: <http://www.scielo.cl/pdf/psykhe/v19n2/art06.pdf>
- Montero, Maritza., & Dorna, Alejandro. (1993). La Psicología Política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25(1), pp. 7-15. Acessado em 13/08/2014, de: <http://www.redalyc.org/pdf/805/80525101.pdf>
- Mota, Graciela. (1990). *Cuestiones de Psicología Política en México*. Cuernavaca: Universidad Nacional Autónoma de México/Crim.
- Mota, Graciela. (ed.) (1999). *Psicología Política del Nuevo Milenio. Una ventana a la ciudadanía*. Cidade do Mexico: Somepso-Sep.
- Mosse, Marcelo. (2004). Corrupção em Moçambique: alguns elementos para debate. *Zambesia*. Acessado em 13/08/2014, de: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/corrupcaomocambiquem_mosse.pdf
- Ngoenha, Severino Elias. (2011). *Por um Pensamento Engajado*. Em Castiano, J. P. e Ngoenha, S. E. (Org.). *Pensamento Engajado: Ensaio sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política*. Maputo: Educar.
- Nicolescu, Basarab. (2000). *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Lisboa: Hugin.
- Nye, John. (1978). *Corruption and Political Development*. Pretoria: Luss.
- Oblitas, Luis., & Rodriguez Kauth, Ángel. (coord.) (1999). *Psicología Política*. México: Plaza y Valdez.
- Palassi, Marcia P. (2004). Privatização! Uma solução problemática: o impacto do movimento (anti) privatização na participação dos trabalhadores em ações

- coletivas. Tese (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Pateman, Carole. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Power Timothy., & González, Júlio. (2003). *Cultura Política, Capital Social e Percepções Sobre Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial*. *Rev. Sociol. Polít.*, 21, p. 51-69, nov. Acessado em 11/09/2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a05n21.pdf>
- Pudenzi, Ana Gabriela. (2014). Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Dissertação (Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo. Acessado em 11/09/2014, de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-28042015-141154/pt-br.php>
- Rádio Moçambique. Acesso em 14 de julho de 2012. http://www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=3228:mocambique-paises-baixos-suspendem-a-sua-ajuda-financeira-ao-pais&catid=71:recomendado&Itemid=199
- Riba-Hernández, Elvira. (2014). Alianças trans-fronteiriças: memória política de ações de solidariedade na Costa Rica no contexto da ditadura militar somozista. Dissertação (Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo. Acessado em 11/09/2014, de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-23062015-005426/pt-br.php>
- Rodríguez Kauth, Ángel. (2001). La Psicología Social y la Psicología Política Latinoamericana: ayer y hoy. *Psicología Política*, Nº 22, 41-52. Acessado em 14.09/2012, de: <http://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N22-2.pdf>
- Rosa, Leandro., & Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. Em Marco A. B. Almeida, Alessandro S. da Silva, & Felipe Corrêa. *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. [e-book]. São Paulo: Edições EACH. Acessado em 23/09/2014, de: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf
- Sabucedo, José. & Rodriguez, Mauro. (2000). La Constricción Social de la Psicología Política. *Sua Psicológica*, 7(1), 1-14. Acessado em 23/09/2014, de: <http://publicaciones.konradlorenz.edu.co/index.php/sumapsi/article/view>
- Sandoval, Salvador. (1989). Considerações sobre Aspectos Microsociais na Análise dos Movimentos Sociais. *Revista Psicologia e Sociedade*; 7; Set. 61-72.

- Sandoval, Salvador. (1994). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. Em Spink, Mary Jane (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- Sandoval, Salvador. (2001). The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política* 1(1), 173-195. Acessado em 23/09/2014, de: http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_11.pdf
- Sandoval, Salvador. (2015). A psicologia política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: uma análise da consciência política num momento de desmobilização. Em Silva, Alessandro S., & Corrêa, Felipe. (Orgs.). *No interstício das disciplinas: a psicologia política* (pp. 175- 217). Curitiba: Prismas.
- Silva, Alessandro Soares da. (2001). Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. *Interações*, VI(12), 69-90. Acessado em 12/09/2014, de: http://www.redalyc.org/pdf/354/Resumenes/Resumo_35461204_5.pdf
- Silva, Alessandro Soares da. (2002). *Acampados no Pontal: A Formação da Consciência Política entre Famílias Acampadas no MST*. Dissertação (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Silva, Alessandro Soares da. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55.
- Silva, Alessandro Soares da. (2006). *Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. Tese (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Acessado em 30/08/2014, de: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/17164>
- Silva, Alessandro Soares da. (2008). *Luta, Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT*. 1. ed. Curitiba: Juruá.
- Silva, Alessandro Soares da. (2011). Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas *Revista Electrónica de Psicología Política* 9(27), 2011. Acessado em 30/08/2014, de: <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria,%20conciencia%20y%20pol%EDticas%20publicas-el%20papel%20de%20las%20marchas%20del%20orgullo%20LGBT.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da. (2012a). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12(25), 409-425. Acessado em 24/09/2014, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2012000300004&script=sci_abstract&tlng=es

- Silva, Alessandro Soares da. (2012b). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo.
- Silva, Alessandro Soares da. (2015). A psicologia política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. Em Correa, Felipe e Silva, Alessandro S. (Orgs). *Nos Interstícios das Disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba: Prismas.
- Silva, Alessandro Soares da., & Corrêa Felipe. (2015). *Nos Interstícios das Disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba: Prismas.
- Tilly, Charles. (1978). *From Mobilization to Revolution*. Nova York: McGraw-Hill Publishing Company.
- Tilly, Charles., & Wood, Lesley J. (2010). *Los Movimientos Sociales, 1768-2008. Desde sus orígenes a Facebook.*: Barcelona: Editora Crítica.
- Thomaz, Omar R. (2009). Não vamos esquecer! In: CABAÇO, J. L. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora Unesp, pp. 15-17.

Recebido em 11/11/2014
Revisado em 27/02/2015
Aceito em 21/04/2015